

Das arcadas aos secos e molhados: a circulação do romance no Colégio Pedro II e no Gabinete Português de Leitura entre 1850 e 1880

From academies to small grocery stores: the circulation of novels in Colégio Pedro II and in the Portuguese Subscription Library between 1850 and 1880

<https://doi.org/10.34112/2317-0972a2017v35n71p137-161>

ALEXANDRO HENRIQUE PAIXÃO¹

ANDRÉ LUIZ PAULILO²

RESUMO: Este artigo discute a circulação do romance a partir dos catálogos de livros do Colégio Pedro II e do Gabinete Português de Leitura, entre 1850 e 1880, no Rio de Janeiro. Destaca dois lugares opostos da difusão da literatura no Império brasileiro, com os seguintes propósitos: primeiro, apresentar a forma como o romance foi incluído no ensino secundário e as condições da sua apropriação; segundo, analisar a cultura do romance no Gabinete Português de Leitura como um espaço de formação de públicos leitores e orientado também para fins educacionais. Por fim, as conclusões sugerem as diferenças entre esses dois lugares de leitura.

PALAVRAS-CHAVE: Gabinete Português de Leitura; Colégio Pedro II; livro.

ABSTRACT: This article discusses the circulation of novels from the study of the book catalogs of Colégio Pedro II and the Portuguese Subscription Library between 1850 and 1880 in Rio de Janeiro. Two opposing places of the diffusion of literature in the Brazilian Empire are highlighted here, with the following purposes: first, to present the way the novel was included in secondary education and the conditions of its appropriation; second, to analyze the culture of the novel in the Portuguese Subscription Library as a space for

1. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

2. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

the preparation of public readers and oriented also for educational purposes. Finally, the conclusions suggest the differences between these two places of reading.

KEYWORDS: Portuguese Subscription Library; Colégio Pedro II; book.

O ponto de partida aqui envolve um problema específico em forma de pergunta: quais as condições de circulação do romance no Brasil no século XIX? Essa questão implica pelo menos dois outros assuntos entrelaçados: a tese da “penúria cultural”, consagrada pela pena de Antonio Candido (1918-2017), também conhecida como “atraso nacional”, sinônimo de inúmeras ausências no âmbito da cultura letrada brasileira oitocentista³; e a proposição de que as condições de possibilidade do livro de literatura (e conseqüentemente da sua leitura) dependeram sempre do suporte das elites letradas frequentadoras das nossas “arcadas”, como o Colégio Pedro II, símbolo cultural e educacional do Segundo Reinado. A contrapelo desses dois temas, o silêncio em torno das iniciativas educativas do Império reduziu a análise das condições de circulação do livro de literatura na escola secundária e nos Liceus provinciais à ideia do enciclopedismo bacharelesco, ao saber inócuo das elites letradas. A representação que a República fez do Império imputou ao período a falta de iniciativas na educação pública. Mesmo no caso do ensino secundário, as interpretações de Mariotto Haidar (1972, p. 67) não veem mais que meio século de experiências malogradas. Isso significa que mesmo as elites dominantes conheceram vazios significativos, quando o assunto é educação, pois pouco se sabe como a escola foi democratizando o acesso de determinados conteúdos culturais, como os livros de literatura, verso e prosa.

Partindo de alguns estudos consagrados sobre o livro e a leitura no século XIX brasileiro, pretendemos recuperar análises que ampliam o escopo de discussão sobre a difusão literária no Brasil Imperial, ao mesmo tempo em que complicam os esquemas explicativos do atraso cultural ou da iniquidade do ensino escolar do Brasil durante esse período. Para isso, tomamos a circulação do romance em dois espaços de difusão literária opostos, do ponto de vista de sua constituição e de seus públicos frequentadores. Por um lado, o Colégio Pedro II e, por outro,

3. Este assunto foi exposto por Paixão pela primeira vez no seminário “Atualidade da periferia” (IFCH-UNICAMP/2015). O resultado sairá num capítulo de livro intitulado “Sobre a ‘penúria cultural’ e outros elementos constitutivos da cultura literária transatlântica no Brasil oitocentista”, a ser publicado pela Editora Alameda – São Paulo. A partir dessa e de outras experiências de pesquisa (ver PAIXÃO, 2017a), surgiram algumas sínteses que, uma vez orientadas, resultaram neste artigo.

o Gabinete Português de Leitura⁴ – concomitante a um dos seus ramos, o Liceu Literário Português –, serviram-nos ao propósito de discutir diferentes aspectos da circulação do romance no Brasil oitocentista. A despeito de todas as diferenças que guardam entre si, são parte das condições de realização do romance entre nós. As histórias que reúnem atualmente permitem ver, no alcance social e político do gosto literário do século XIX, mais que silêncios e ausências. Por isso, vamos voltar ao passado para repertoriar uma história das elites e uma história dos debaixo, não para compará-las, mas para arrolar suas experiências peculiares inscritas numa mesma realidade social.⁵

Espaço de formação de nossas elites letradas, o Colégio Pedro II é conhecido tanto pela criação de um programa cultural e educacional quanto pela burocratização do ensino no Brasil, fornecendo a base curricular e variados sistemas de exames no Oitocentos.⁶ É nessa instituição escolar que os filhos da corte e os herdeiros das grandes heranças do Rio de Janeiro e de demais regiões do País encontraram, entre outras coisas, elementos de uma formação humanística, graças à presença de algumas disciplinas e também de fontes clássicas de literatura, conforme vemos refratadas nos catálogos de livros que iremos apresentar.

Já o Gabinete Português de Leitura estava separado da corte carioca e era um espaço de sociabilidade e literatura dos estratos médios em formação naquela sociedade. A maior parte dos seus frequentadores eram emigrantes portugueses, donos dos pequenos comércios localizados na rua do Ouvidor: lojas de borracha, papel, café e também de secos e molhados. Tais realizações econômicas fazem parte da história da comunidade portuguesa do Rio de Janeiro batizada de “classe caixeiral” (PAIXÃO, 2017a). “Classe” é usado aqui não no sentido de lutas de classe, mas para caracterizar o perfil socioprofissional de um grupo social específico, que se organizou a partir do comércio local e orientou parte dos seus recursos financeiros para gestar um gabinete de leitura. Não se trata de qualquer gabinete de leitura, mas de um símbolo cultural dessa comunidade, orientado para formação de leitores,

4. Adotamos o nome Gabinete Português de Leitura e não “Real” Gabinete Português de Leitura, porque o título “Real” foi conferido apenas no início do século XX, ultrapassando o recorte estudado.
5. Guardadas as proporções, ver sobre história dos debaixo ou dos vencidos, bem como a discussão de “experiência”, em Thompson (2010) e Williams (2013; 2014).
6. A criação de um programa cultural e educacional para as elites oitocentistas inseridas em outro contexto foi assunto em Ringer (2000, p. 47-52). Sobre o que há de mais coetâneo acerca do “cotidiano escolar” do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro oitocentista, ver Souza (2015).

construção de um gosto literário específico e educação profissional, ideal que iria se realizar com o Liceu Literário Português, visto como um “ramo” do Gabinete.

O Gabinete Português de Leitura formava uma espécie de “apêndice” da sociedade da corte, mas sem se fundir com ela.⁷ Seus frequentadores não representavam o povo e nem eram os donos do poder, por isso não chegavam a formar uma unidade social, à época, como a corte. Essa era constituída pelo Imperador e seus círculos dirigentes, pela classe de proprietários, pelos filhos das grandes heranças, pelas classes médias de negociantes abastados e variados quadros administrativos, formando aquilo que ficou conhecido como o “estamento político e econômico do Brasil Imperial” (FAORO, 2001, p. 227, p. 307-308 e p. 327). Do outro lado, por parte da “classe caixeiral”, frequentadora do Gabinete e de suas ramificações – Sociedade Beneficência Portuguesa, Caixa de Socorros Pedro V, Liceu Literário Português, entre outras agremiações –, os anseios eram tentar se juntar a essa “aristocracia imperial” ou, pelo menos, vê-la frequentando o espaço do Gabinete, ainda que apenas nas ocasiões festivas; o que de fato ocorreu, mas somente uma vez durante o fim do Império, nas celebrações do terceiro centenário da morte de Camões, em 1880. Mas isso é outro assunto.

Trata-se de uma história dos debaixo, dos homens livres trabalhadores; porque os escravizados são assunto para outro momento. Tais homens – quase nada se sabe das mulheres – tiveram uma origem bastante humilde em Portugal, emigrando a maioria deles do norte da Península, especialmente da cidade de Viana do Castelo. Ao chegarem ao Rio de Janeiro, primeiro, tornavam-se aprendizes de caixeiro, depois vendedores-caixeiros e, por fim, proprietários-caixeiros no comércio urbano. Alguns ascenderam a posições intermediárias, na condição de diretores de bancos ou negociantes no comércio agrícola. Esses homens foram agraciados com comendas e insígnias de mando, conforme o Império entrava em crise e lutava para manter alguma fisionomia de realeza: nesse momento, alguns representantes dos estratos médios menos abastados foram agraciados com símbolos de poder e distinção, tornando-se comendadores e barões, mas somente nas tintas e nos papéis, não na vida real. A coisa mais concreta que possuíam era a propriedade do comércio de secos e molhados e uma grande biblioteca na década de 1860, com mais de 33 mil volumes.

7. O Liceu Literário Português, visto como um “ramo” do Gabinete Português de Leitura, e esse último compreendido como “apêndice” da sociedade de corte carioca, foram assuntos discutidos de forma ampliada antes em Paixão (2017b). É necessário dizer também que a armação desse problema do “apêndice” se deve, guardadas as devidas proporções, à leitura de Auerbach (2007, p. 239-240).

É sobre esses livros, sobretudo dos romances de um autor específico (Alexandre Dumas), que queremos tratar aqui, logo após discutirmos a presença do romance no ensino secundário do Colégio Pedro II.

O ROMANCE, A CULTURA HUMANÍSTICA E A EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA

Os compêndios adotados pelos professores do Colégio Pedro II entre 1862 e 1882 dão boas pistas da ascensão do romance a objeto de estudo escolar. A lista é conhecida: Valeria Augusti (2006), ao tratar do romance nas formas editoriais escolares, identificou dois conjuntos de livros. O primeiro, constituído por obras de história da literatura, reúne dois manuais:

- a. PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Curso elementar de literatura nacional*, 1862.
- b. WOLF, Ferdinand. *Brasil literário: história da literatura brasileira*, 1862 [1879].

O segundo conjunto é formado por manuais de retórica e composto por outras três obras:

- a. CARVALHO, Francisco Freire. *Lições elementares de eloquência nacional*, 4.^a edição, 1850 [1865]
- b. HONORATO, Manoel da Costa. *Compêndio de rhetorica e poética*, 4.^a edição, 1879 [1879]
- c. VELHO DA SILVA, José Maria. *Lições de retórica*, [1882]

O terceiro conjunto, composto por antologias destinadas ao ensino da língua portuguesa, reúne ainda dois títulos no mesmo período:

- a. AULETTE, Francisco Julio Caldas. *Seleção nacional: curso prático de literatura portuguesa*, 1876 [1877]
- b. MELLO MORAES FILHO, Alexandre José de. *Curso de literatura ou escolha de vários trechos em prosa e verso de autores nacionais e modernos*, 1876 [1881].

Conforme Valéria Augusti (2006, p. 38 e p. 41) explica, a história que esses manuais contam mantém relação com as sucessivas mudanças dos regulamentos e dos programas de ensino do Colégio Pedro II. Também essa história é bem conhecida. Ao estudo pioneiro de Mariotto Haidar, de 1972, juntaram-se mais recentemente Razzini (2000) e Bittencourt (2008), que tratam dessa relação de modo a mostrar as implicações entre a reorganização dos programas de ensino do Colégio e os compêndios adotados por seus professores. Seus estudos, sobretudo, indicam que, entre 1862 e 1882, o decreto 4.468, de 1870, reformou os estudos no Colégio Pedro II, ressaltando a sua missão formativa; o decreto 6.884, de 1878, alterou profundamente o regulamento que estruturava o colégio; e o decreto 8.051, de 1881, intensificou o ensino do vernáculo.

Ainda que não escape a ninguém que tenha estudado o ensino secundário no Império brasileiro o papel modelar do Colégio Pedro II e a sua importância na organização desse nível de ensino no País, as análises de Mariotto Haidar (1972, p. 135) advertem que, a rigor, o sistema de exames parcelados fazia-lhe perder o caráter de Liceu modelo. Citando o Inspetor Geral Antonio Herculano de Souza, Mariotto Haidar informa que, em 1884, formaram-se no Imperial Colégio Pedro II apenas quatro bacharéis em Letras, o que significava terem frequentado todos os sete anos do seu curso. Efetivamente, não se tratava de um espaço de difusão ampla do romance. Antes, funcionaria como espaço da sua ascensão e da formação do cânone literário.

No Colégio Pedro II o romance e seus autores ascendem como expressão da cultura e da nacionalidade, mas não sem antes sofrer a regulamentação e o controle do Estado. Conforme deixam ver os estudos de Razzini e de Bittencourt, os programas de ensino diminuíram a relativa autonomia dos professores no exercício da docência. De fato, de acordo com Gasparello (2004, p. 66), “a partir da elaboração e uso dos Programas, que eram aprovados pela Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária, houve um fortalecimento da centralização no ensino nos moldes da reforma Couto Ferraz (1854)”. A supervisão direta da Corte e as normas que o regulamento de 1854 impôs à liberdade de ensino resultaram no decreto de 24 de janeiro de 1856, que fixava os programas e indicava os compêndios a serem adotados. Nesse quadro é que se deu a construção do que Valéria Augusti (2006, p. 85) definiu como “*corpus* canônico ficcional brasileiro”.

Entre o aparecimento da “Literatura Nacional” como disciplina no programa do Colégio Pedro II, em 1860, e a incorporação da literatura nacional no ensino do vernáculo no fim da década seguinte, consolidaram-se as presenças de Joaquim Manoel de Macedo e Antonio Gonçalves Teixeira e Sousa. Entre os autores que se

tinham consagrado entre o público e a crítica, José de Alencar logo foi integrado aos textos que principalmente as Antologias para ensino da Língua Portuguesa reuniam. Autores que, atualmente, são conhecidos foram integrados mais tardiamente. Quando, a partir de 1876, a publicação do *Curso de Literatura ou escolha de vários trechos em prosa e verso de autores nacionais, antigos e modernos*, de Alexandre José de Mello Moraes Filho, passou a privilegiar o excerto e estabeleceu uma nova forma de ler o romance na escola, apareceram trechos e menções a Franklin Távora, Bernardo Guimarães e Manoel Antônio de Almeida. Nomes até hoje desconsiderados pela tradição também foram reunidos: Celso de Magalhães, Salvador de Mendonça, Joaquim Felício dos Santos e José Maria Velho.⁸

A ascensão do romance às formas editoriais escolares iniciou um processo de conversão do seu *status* social que não tardaria a formar uma tradição. Como bem notaram aqueles que se dedicaram a estudar a história do romance, tratava-se de um gênero sem prestígio, condenado pela crítica, ausente da formação.⁹ Boa parte das censuras dava-se por conta de servirem a um público considerado indolente e incapaz de fazer uso de uma literatura mais conveniente à formação da conduta.¹⁰ Ocorre que, no fim do Império, o romance não só era digno de servir ao ensino da língua, como era condição de modelo do vernáculo, conforme explica Valéria Augusti (2008, p. 408-409). Também era reconhecido como elemento da espécie de enfrentamento da ascendência portuguesa na identidade brasileira que as elites políticas procuravam ainda superar, segundo parece indicar a progressiva inserção do romance nacional nos programas da escola secundária, conduzida pela monarquia a partir da reforma Couto Ferraz.

O cânone que então se constituiu no momento de ascensão do romance às formas de edição escolares, entre 1862 e 1881, não parece dar espaço para uma história de “interdependência cultural” ou de “reciprocidade de influências”, do mesmo modo que os estudos acerca da presença do romance francês no Gabinete Português de Leitura

8. A tese de Valéria Augusti (2006) se ocupa do processo de consagração do romance no Brasil ao longo do século XIX, e entre os discursos críticos sobre o gênero que analisa estão aqueles destinados ao sistema escolar. É da sua análise que se beneficia o levantamento aqui publicado.
9. A historiografia do romance que se constituiu a partir de trabalhos como os de Marcia Abreu (2008), Valéria Augusti (2006; 2011) ou Márcia Razzini (2000) mostra, principalmente, que a aceitação do romance enquanto gênero literário foi um longo processo de construção histórica. A propósito, ver também Williams (1969).
10. Especialmente Williams (1969, p. 316) lembra que só depois que “os maus romances saíram de circulação, enquanto os bons se encontram entre os nossos clássicos, damos-nos conta de que o romance propriamente, conquanto certamente um fenômeno de época, não pode ser desdenhado como vulgar”.

permitem analisar. Sobretudo, as análises a respeito dos manuais escolares adotados no Colégio Pedro II sugerem outra cadeia de correlações. Da perspectiva dos instrumentos pedagógicos e dos vínculos entre a escola e os livros didáticos, a presença do romance no ensino foi parte indissociável dos esforços de construção de uma ideia de nação. De materiais marginais do ensino da língua portuguesa e da sua gramática e funcionamento no início do Segundo Reinado, como sugerem os compêndios que definiram o *corpus* canônico ficcional brasileiro, nos estertores da monarquia, os romances chegaram à discussão das propriedades da língua portuguesa.

Nesse percurso de duas décadas, o romance chegou à escola como um dos seus temas. Mas os livros de romance, propriamente, chegam também? As indicações que Gloria Vianna oferece do *Catálogo das Literaturas no Acervo Antigo da Biblioteca Histórica do Colégio Pedro II* revelam a presença de José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo e Bernardo Guimarães.¹¹ De José de Alencar encontram-se:

1. *Asas de um anjo*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, [s/d]
2. *Como e porque sou romancista*. Rio de Janeiro: Typ. De Leuzinger e filhos, 1893.
3. *Diva*. Rio de Janeiro: Garnier, [s/d]
4. *O guarany*. Rio de Janeiro: Garnier, [s/d]
5. *O gaúcho*. Rio de Janeiro: Garnier, [s/d]
6. *Iracema*. Rio de Janeiro: Garnier, [s/d]
7. *Ubirajara*. Rio de Janeiro: Garnier, [s/d]

De Joaquim Manuel de Macedo:

1. *Memória do sobrinho do meu tio*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1867.
2. *Um noivo a duas noivas*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1872.
3. *Os quatro pontos cardeais misteriosos*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, [s/d]
4. *O rio do quarto*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1880.

De Bernardo Guimarães há apenas *Lendas e romances* (Rio de Janeiro: Garnier, [s/d]). O *Catálogo*, contudo, precisa ser relativizado, como reconhece Glória Viana (2016, p. 10), pois, ao contrário do *Catálogo de Livros do Gabinete de Leitura*

11. Catálogo compilado por Glória Vianna (2016) no texto "Leitores e livros no Imperial Colégio Pedro II" Disponível em: <www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/abralic/leitores_livros.doc>. Acesso em: 27 maio 2016.

Português que iremos estudar, o Catálogo do Colégio Pedro II não é original, tendo sido produzido entre 1988 e 1991. Além disso, conforme esclareceu Fátima Proa de Melo, bibliotecária responsável pelo acervo antigo, “foi feita opção de se incorporar a essa coleção doações de obras de reconhecido valor e importância, mesmo correndo o risco de descaracterizar o seu fundo documental” (MELO apud VIANA, 2016, p. 11). Viana (2016, p. 10) aponta, com base nas memórias de Escragnole Dória, que a Biblioteca contava em 1917 com nove mil livros e que a prática da doação de livros ao Colégio era comum. De uma vez, o Dr. Joaquim Vicente Torres Homem doou 34 volumes de Walter Scott traduzidos do alemão. No Catálogo da Biblioteca de Livros Raros e Especiais constam apenas 104 obras e do Catálogo de Literaturas outros 562.

Ainda que, nesses termos, o Catálogo de Literaturas indique a presença de romances na Biblioteca do Colégio Pedro II e sugira pistas de como ela se organizava, a recorrência dos livros editados pela Garnier – que publicou romances de José de Alencar, Aluizio Azevedo, Casimiro de Abreu, Alvares de Azevedo e Joaquim Manuel de Macedo – permite supor que não apenas as formas editoriais escolares promoveram a ascensão do romance no espaço do Colégio. Nessa mesma direção, entre os docentes do Pedro II, Joaquim Manuel de Macedo escrevia romances, contava com o reconhecimento da crítica e do público; e de Franklin Távora ganhou a alcunha de fundador do romance nacional. Por fim, as duas décadas que levaram à ascensão do romance às formas editoriais escolares foram também de consolidação da geração romântica de escritores brasileiros e do seu gosto. Entre 1862 e 1881, o Colégio Pedro II contribuiu ao menos de três modos para a circulação do romance no Brasil oitocentista: com o estabelecimento do cânone, com a presença de um romancista nos seus quadros do magistério e, ainda, com uma biblioteca em que a literatura romântica teve uma presença notável, por meio das obras de Goethe, Victor Hugo, Lord Byron, Camilo Castelo Branco e do próprio José de Alencar.

Entre os livros arrolados no Catálogo de Literaturas do Colégio Pedro II, destacam-se as obras de José de Alencar. Autor de sete títulos, o escritor brasileiro não se compara aos escritores franceses de sucesso, autores de inúmeros títulos e com uma ampla circulação internacional, conforme têm nos mostrado as pesquisas da circulação transatlântica dos impressos: a globalização da cultura no XIX (ABREU, 2011; 2017). Em compensação, em termos de produção do livro de prosa ficcional, o escritor brasileiro já nos ajuda adentrar à teia do comércio do livro intercontinental do século XIX, na medida em que suas edições percorrem o eixo Rio-Paris. De todos os títulos arrolados no Catálogo, seis foram publicados pela editora de Baptiste-Louis

Garnier, o total das suas obras editadas até o fim do Império. Desses títulos, Lúcia Granja (2013, p. 88) mostra que *O Guarani* teve sua segunda edição publicada em 1864, conforme uma lógica de mercado muito semelhante à europeia. Segundo afirma, “O Guarani ganhou, materialmente, o espírito das edições preparadas àquela época por Michel Lévy na França [...]. Além de imitar o formato da edição de Levy, Garnier valeu-se da *Bibliographie de la France, journal general de l'imprimerie et de la librairie* para informar a publicação da segunda edição in-8 e, simultaneamente, de uma terceira edição in-18, adotando uma estratégia de comercialização que aproveitava a mesma composição tipográfica para públicos diferentes, mas com vistas à importante comunidade lusófona estabelecida em Paris. Ainda conforme Lúcia Granja, essa literatura que se apresentava como brasileira tinha presença na França, porque lá era publicada e também vendida.¹²

Joaquim Manoel de Macedo lecionou Corografia e História do Brasil no Colégio Pedro II entre 1849 e 1879. Seu romance de estreia foi *A Moreninha*, publicado em 1844. Já em 1862, apareceu no *Brasil literário*, de Ferdinand Wolf, compêndio que seria adotado em 1879 para a disciplina de Retórica, Poética e Literatura Nacional. Junto com Teixeira e Souza, fazia parte das poucas menções que os compêndios adotados no Colégio Pedro II traziam da literatura brasileira. Dos 18 romances que Joaquim Manoel de Macedo publicou, 15 foram editados no período em que exerceu o magistério no Colégio. Não parece sem propósito apontar que a reputação de professor no curso secundário oficial legitimava o romance como expressão da cultura humanística, tanto quanto seu estudo escolar. Também do corpo discente vieram exemplos. Escragnolle Dória (1997, p. 150) lembra, na sua *Memória Histórica*, escrita em 1937 sobre o Colégio, que Alfredo d' Escragnolle Taunay dedicou a Macedo seu romance de estreia, *A mocidade de Trajano*. No mesmo livro, Dória (1997, p. 166) ainda menciona o professor José Maria Velho da Silva e o aluno Galdino Fernandes Pinheiro como autores de romance. Além disso, entre os trabalhos literários lidos nas sessões do Instituto dos Bacharéis em Letras do Colégio Pedro II, menciona a *Análise de três romances de Alencar: Iracema, O Garatuja e O Ermitão da Glória*, de Anastácio Luiz do Bomsucesso (DÓRIA, 1997, p. 276).

Por fim, o *Catálogo de Literaturas* do Colégio Pedro II sugere a predominância dos autores românticos nas formas institucionais de circulação bibliográfica. Na

12. Acerca das atividades da Editora Garnier, ver ainda o trabalho de Eliana de Freitas Dutra (2010), intitulado *Leitores de além-mar: a editora Garnier e sua aventura editorial no Brasil*.

lista, Goethe conta 13 volumes e Schiller, outros 13. Vinte e um títulos são de Victor Hugo. Byron somava 3 títulos e não ultrapassava Dickens, Disraeli, George Eliot, John Milton ou Oliver Goldsmith. Entre os autores portugueses, os 12 títulos de Camilo Castelo Branco garantiam-lhe a maior presença. O tempo que afirma José de Alencar e Joaquim Manoel de Macedo no *corpus* canônico ficcional brasileiro é o da ascensão do romance nas formas editoriais escolares e o das tendências românticas do gosto literário nacional. Embora mera pista, os títulos acenam para um ponto das transferências culturais. O romantismo foi ideário que forneceu argumento cosmopolita para se reagir à influência portuguesa e, nas formas do nacionalismo indianista, serviu para afirmar contra ela a particularidade literária do Brasil.

Abaixo listamos as obras de alguns dos expoentes da literatura europeia, presentes no catálogo:

Goethe

1. *Le faust*. Paris: Charpentier, 1869.
2. *Fausto*. Leipzig: Philipp Reclam, [s/d]
3. *Goethe's werk*. Berlin: G. Grote'sche 1873.
4. *Gotz von Berlinchingen*. Leipzig: Phillipp Reclam, [s/d]
5. *Hermann und Dorothea*. Leipzig: Phillipp Reclam, [s/d]
6. *Iphigénie en Tauride*. Paris: L. Hachette, 1866.
7. *Iphigénie en Tauride*. Paris: L. Hachette, 1875
8. *Le Tasse*. Paris: Hachette, 1875. 10 volumes
9. *Torquato Tasso*. Stuttgart: Gottta'scher, 1855.
10. *Torquato Tasso*. Stuttgart: Gottta'scher, 1857.
11. *Théâtre de ...*. Paris: Charpentier, 1863.
12. *Werke*. Stuttgart: G. F. Cotta, 1868. 18 volumes
13. *West ostlicher divan*. Leipzig: Iminsel, [s/d]

Schiller

- a. *Die jungfran von Orleans*. Stuttgart: Gotta'scher, 1856.
- b. *Die sauber*. Leipzig: P. Reclam, [s/d]
- c. *Don Karlos infant von Spanien*. Leipzig: P. Reclam, [s/d]
- d. *Gedichte*. Halle: Otto Hendel, [s/d]

- e. *Guillaume Tell*. Paris: Hachette, 1876.
- f. *Guillaume Tell*. Paris: Hachette, 1881
- g. *Guillaume Tell*. Paris: Hachette, 1876 (texto em alemão)
- h. *Kabale und liebe*. Leipzig: P. Reclan, [s/d]
- i. *Marie Stuart*. Munchen: Gotta'schen, 1840.
- j. *Marie Stuart*. Paris: L. Hachette, 1853.
- k. *Marie Stuart*. Paris: L. Hachette, 1877.13 exemplares
- l. *Obras completas*. Stuttgart: F.C. Cotta, 1847. 5 volumes
- m. *Wallenstein*. Leipzig: P. Reclan, [s/d]

Lord Byron

- a. *Manfred*. Leipzig: P. Reclan, [s/d].
- b. *Obras poéticas* (sic). London: F.W. and Co., [s/d].
- c. *Works of*. New York: Oliver S. Felt, [s/d].

Victor Hugo:

- a. *Actes e paroles*. Paris: J. Hetzel, 1841-1848. v. 1
- b. *Actes e paroles*. Paris: J. Hetzel, 1849-1851. v. 2
- c. *Actes e paroles*. Paris: J. Hetzel, 1853-1861. v. 3
- d. *Actes e paroles*. Paris: J. Hetzel, 1862-1870. v. 4
- e. *Angelo*. Paris: J. Hetzel, 1882.
- f. *L'anée terrible*. Paris: J. Hetzel, 1872.
- g. *Les chansons des rue et des ...* Paris: J. Hetzel, 1865.
- h. *Les chatiments*. Paris: J. Hetzel, 1882.
- i. *Les contemplations*. Paris: J. Hetzel, 1856.
- j. *Cromwell*. Paris: J. Hetzel, 1881.
- k. [...] *D'Antonie*. Paris: J. Hetzel, 1888.
- l. *Hernani / Marion de Lorme*. Paris: Nelson, 1873.
- m. *Histoire d'un crime*. Paris: Nelson, 1877.
- n. *Marie Tudor*. Paris: J. Hetzel, 1880.
- o. *Les misérables*. Paris: Nelson, 1862.
- p. *Odes et ballades*. Paris: J. Hetzel, 1880.
- q. *Les orientales*. Paris: Carpentier, 1845.

- r. *Paris*. Paris: J. Hetzel, 1867.
- s. *Religions et religion*. Paris: J. Hetzel, 1880.
- t. *Ruy Blas*. Paris: J. Hetzel, 1880.
- u. *William Shakespeare*. Paris: J. Hetzel, 1865.

Camilo Castelo Branco:

- a. *Ao anoitecer da vida*. Lisboa/Porto: Imprensa Litteraria-Comercial, 1874.
- b. *A brasileira de Prazins*. Porto: Chardron, 1898.
- c. *Cancioneiro*. Porto: Chardron, 1887.
- d. *Cancioneiro alegre de poetas portugueses e brasileiros*. Porto: Chardron, 1887.
- e. *Carlota Ângelo*. Porto: A. R. da Cruz, 1874.
- f. *Delictos de mocidade*. Porto: Civilização, 1899.
- g. *Dois epochas na vida*. Porto: Typ. de A. de S. Santos, 1854.
- h. *A filha do regicida*. Lisboa: Mattos Moreira, 1875.
- i. *Um livro*. Porto: [s/n], 1858.
- j. *Memórias de Guilherme do Amaral*. Lisboa: Manoel Antonio de Campos, 1863.
- k. *Nostalgias*. Porto: Typ. de Manuel Luiz de Souza Ferreira, 1888.
- l. *Scenas innocentes de comédia humana*. Lisboa: A. M. Pereira, 1873.

Além da circulação transatlântica de livros que a presença de expoentes da literatura alemã, francesa, inglesa e portuguesa entre os títulos do *Catálogo Literário* do Colégio Pedro II indica, há de se ter em conta o próprio papel do Colégio na formação de um público leitor de romances. Mais que a alfabetização e o seu papel no crescimento do público leitor, foi a escolarização secundária que promoveu a conversão do *status* do romance em literatura digna de atenção e estudo em elemento principal de difusão desse tipo de leitura no Brasil. Não escapa às análises acerca do ensino secundário o caráter conservador ao qual se prestava. Não só o Colégio Pedro II, como mostram Mariotto Haidar (1972) e Gasparello (2004), mas também os Liceus provinciais, como indicam, por exemplo, Cristiano Ferronato (2014) e Sara Dick (2001), cumpriam um papel propedêutico que era também de preservação da cultura humanística e de identificação da elite com essa cultura. Arno Mayer, em *A força da tradição*, ou André Chervel, quando discute o ensino das humanidades, por exemplo, lembram que também na Europa era assim naquele momento. Tanto lá como aqui a escola era uma instituição não só voltada para “a

reprodução da concepção de mundo e erudição dos antigos notáveis” (MAYER, 1987, p. 247), mas, principalmente, avessa às “inelutáveis modernizações, comprometendo seriamente o porvir” (CHERVEL; COMPÈRE, 1999, p. 161).

O Colégio Pedro II fazia parte do aparato por meio do qual os valores culturais dos grupos de elite tinham expressão. Nesse outro horizonte social, a presença de romances publicados nos dois lados do Atlântico e de autores desse gênero literário no quadro docente e entre os discentes acena para os efeitos do ensino e da crítica literária em torno do *corpus* canônico ficcional afinal estabelecido nos compêndios utilizados no Colégio Pedro II. A formação do acervo da Biblioteca do Colégio e as práticas do Instituto dos Bacharéis que envolveram a leitura de romances resultam da mesma atenção à literatura e à cultura do livro. Assim, tanto quanto as formas editoriais escolares, o romance ascende aos espaços de sociabilidade dos filhos das classes letradas, inclusive, tornando-se objeto de suas práticas de uso e leitura.

A CULTURA DO ROMANCE E OS SEUS ESPAÇOS DE REALIZAÇÃO

Escassez cultural vai se combinar com a história dos debaixo para contar, aqui, em que condições o livro foi produzido e circulou no Brasil oitocentista em outros estratos sociais. Estudos de referência sobre as bibliotecas e os gabinetes de leitura oitocentistas, como os de Nelson Schapochnik (*Os jardins das delícias*, 1999) e Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira (*Palácios de destinos cruzados*, 1999), têm nos apresentados inúmeros elementos constitutivos para outra história cultural do livro, uma história que cria um universo de sentido diferente daquele que emerge da assertiva de que faltavam meios de comunicação e difusão literários no Brasil do passado. Em suas pesquisas sobre as bibliotecas e os gabinetes de leitura no Rio de Janeiro do século XIX, vemos que o livro circulou sobre diferentes espaços dentro e fora da corte carioca.

Pensando nisso, compreendemos que discutir as condições de possibilidade do livro no Brasil oitocentista é aprofundar as pesquisas já iniciadas por Schapochnik e Bessone, entre outros, de modo a oferecer mais evidências sobre as condições de possibilidade do livro no passado.

Tais livros (pensamos, sobretudo, naqueles que são romances) são, em sua maioria, franceses. Eles contribuem para construção de uma cultura do romance no Brasil e a formação de uma memória da leitura a partir de pequenos espaços,

como o Gabinete Português de Leitura, objeto de estudo pioneiro de Schapochnik, que tomaremos aqui como parâmetro, mas buscando abarcar outros elementos.

Nesta parte do texto nos concentraremos no caso particular de um escritor de prosa ficcional francesa presente de forma expressiva no Gabinete Português de Leitura na década de 1860. Ele nos ajudará a construir uma memória sobre a produção e a circulação dos livros no Brasil oitocentista.

Entre 1858 e 1868, o Gabinete Português de Leitura publicou dois catálogos de livros, sendo o segundo um catálogo suplementar. Entre os variados livros arrolados nos catálogos, destacam-se, na seção “Novelas e Romances”, as obras de Alexandre Dumas, bastante representativas em termos numéricos (PAIXÃO, 2017a).

O primeiro *Catálogo de livros do Gabinete Português de Leitura* é datado de 1858 e possui diferentes divisões, que vão de “Administração” à “Zoologia”, passando por “Mineração”, “Direito” e “Novellas e Romances”, sendo essa última a que nos interessa aqui.

A divisão “Novellas e Romances” apresenta todo tipo de prosa ficcional, mas iremos nos concentrar nos romances de Alexandre Dumas, porque são bastante representativos em termos numéricos: nesse catálogo, Dumas é autor de 47 títulos no vernáculo (traduções) e 59 títulos originais, 157 exemplares e 294 volumes. Comparando esse catálogo com o *Catálogo Suplementar*, datado de 1868, pouca diferença se observa, inclusive em termos de representatividade: Dumas se mantém no topo da lista dos autores mais significativos em termos numéricos nos catálogos, seguido de Eugène Sue e Camilo Castelo Branco. Vale destacar também que Dumas, com base no estudo comparativo dos *Catálogos* (1858-1868), mais os dados extraídos do “Banco de Dados do Projeto Circulação Transatlântica dos Impressos”,¹³ é autor de pelo menos 207 títulos de romances. Contudo, listaremos aqui apenas 194 obras, porque nos *Catálogos* aparecem algumas peças teatrais (como *Kean, ou a desordem e o gênio*¹⁴ e *Une fille du régente*¹⁵) com a denominação de romances, ao invés de teatro. Além disso, algumas obras de Alexandre Dumas Filho são atribuídas a Alexandre Dumas, o pai; logo, extraímos tais obras e chegamos a essa contagem de títulos do autor.

13. Fontes: *Catálogos de Livros do Gabinete Português de Leitura* (1858-1868) e “Registros” do Banco de dados do Projeto Temático *A circulação transatlântica dos impressos* – IEL/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.circulacaodosimpressos.iel.unicamp.br/>>; acesso: maio/2017.

14. Trata-se de uma comédia em cinco atos, entremeada de cantos.

15. Originalmente, essa obra é um drama em quatro atos, precedido de um prólogo.

Como não há espaço para listar dezenas de obras aqui, optamos por selecionar apenas dois títulos de romances de Dumas de uma constelação toda e investigá-los com base nas seguintes variáveis: *título/local/ano da edição em português – local da edição original/editor e ano da edição*. O objetivo, aqui, é perceber uma dinâmica de produção dos romances e a circulação transatlântica dos impressos desse escritor francês em dois espaços nacionais – Rio de Janeiro e Paris. A hipótese é que, quando o assunto é o romance-folhetim de um escritor de sucesso, como Alexandre Dumas, Paris não apresenta vantagens editoriais em relação ao Rio de Janeiro, de onde advém duas obras de Dumas presentes nos *Catálogos* do Gabinete. Mas em que condições se constrói essa situação de simultaneidade editorial?¹⁶

Para começar a responder a essa questão, vejamos quais títulos foram selecionados (em ordem alfabética):

- a. *O Pagem do Duque de Sabóia*, Rio de Janeiro, 1855 – França (Paris), Alexandre Cadot, 1855.
- b. *O Salteador*, Rio de Janeiro, 1854 – França (Paris), Alexandre Cadot, 1854.

Ambos os títulos de romances foram considerados significativos na medida em que favorecem a análise e a interpretação das variáveis indicadas para o estudo. Nesses termos, destacamos os romances *Le Page du Duc Savoie* e *El Salteador* para discutirmos a questão da simultaneidade das edições entre Paris e Rio de Janeiro.

Observa-se que o romance *Le Page du Duc de Savoie* (*O Pagem do Duque de Sabóia*) foi editado, originalmente, em 1855 em Paris, e traduzido e editado no mesmo ano no Rio de Janeiro. Na edição original, foi Alexandre Cadot que editou os oito volumes in-8.º da edição francesa, tendo sido registrados os dois primeiros volumes na *Bibliographie de la France*, em 16 de dezembro de 1854, enquanto os volumes de 3 a 8 foram incluídos em 16 de junho de 1855.¹⁷ Sobre a edição brasileira, após consultar *in loco* o acervo do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, não tivemos acesso ao livro arrolado no catálogo do Gabinete, onde consta um

16. Maria Lúcia Dias Mendes (2013) tem um estudo pioneiro e original sobre a simultaneidade de edições de Alexandre Dumas entre Brasil e Europa. Seu trabalho é uma referência para este artigo, todavia nos servimos do debate para tentar abarcar outros elementos e entrelaçá-lo com a discussão da chamada “penúria cultural” brasileira no século XIX, um assunto que interessa à história e à sociologia da literatura. Esse assunto foi tema antes no seminário “Atualidade da periferia” (IFCH-UNICAMP/2015), tendo sido ampliado para ser publicado num capítulo de um livro que sairá como resultado do seminário.

17. Dados sobre a edição original e os registros extraídos de Schopp (2010, p. 435).

exemplar contendo três volumes in-4.º. Existe na Fundação Biblioteca Nacional uma tradução desse romance editada por J. Villeneuve e Comp., datada de 1854 e 1855, mas não está disponível para consulta.¹⁸

Em relação aos editores supracitados, começando por Alexandre Cadot, ele foi um dos principais editores de Alexandre Dumas, tendo editado 54 títulos dos mais de 200 de prosa ficcional (referimo-nos aos romances, em sua maioria, mas há peças de teatro, contos e narrativas de viagens também); ao todo Cadot publicou 322 volumes de Alexandre Dumas (SCHOPP, 2010, p. 80). O local das edições é Paris, mais especificamente a Rue de La Harpe, região boêmia conhecida como Quartier Latin, bastante frequentada, conta-nos Claude Schopp, por artistas, intelectuais e estudantes no século XIX. No caso do Brasil, o emigrante francês Junius Villeneuve, dono do *Jornal do Comércio*, é um exemplo de livreiro e editor que merece ser lembrado quando o assunto é Alexandre Dumas. Além de ter herdado de Pierre Plancher um dos principais jornais hebdomadários e de grande circulação no Império, o *Jornal do Commercio*, Villeneuve, ao lado de Baptiste Garnier e Paula Brito, foi um dos principais livreiros-editores na capital do Segundo Reinado: ofereceu pré-publicações dos romances-folhetins, primeiro, no rodapé do seu jornal, depois edições em livro, com destaque para determinados romances de Alexandre Dumas, como *O Conde de Monte Cristo* (PAIXÃO, 2017a).

E, por falar na “personalidade singular” de Dumas,¹⁹ outro exemplo de romance editado simultaneamente em Paris e no Rio de Janeiro foi *El Salteador*, em 1854. Os três volumes in-8.º da edição parisiense foram, mais uma vez, editados por Alexandre Cadot. No Rio de Janeiro, esse romance-folhetim teve presença pela primeira vez no rodapé do jornal *Correio Mercantil*, entre 01 de julho e 28 de agosto de 1854, enquanto a versão editada para livro, datada de 1854, sem menção ao tradutor e ao editor, aparece no *Catálogo de Livros do Gabinete Português de Leitura*, de 1858.

Dada a simultaneidade das datas, essa informação comporta nuances de desdobramento para indicarmos a questão do “atraso” brasileiro em relação à civilização europeia, especialmente quando o assunto é o desenvolvimento dos meios técnicos, como a imprensa e as editoras. Nessa chave, existe uma extensa bibliografia, procedente do campo da sociologia e da crítica e da história literárias, que tem aprofundado

18. Ver Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <acervo.bn.br/Sophia_webqindex.html> Acesso em: 20 maio 2017. Conferir também PAIXÃO, 2017a.

19. Georg Simmel (2006, p. 118) define o termo “personalidade singular” da seguinte maneira: “uma personalidade é o ponto de cruzamento de diferentes círculos sociais”.

e aperfeiçoado o debate da debilidade cultural brasileira no século XIX, devido a problemas estruturais, como o analfabetismo e a escravidão. E, porque não é possível mobilizar aqui tamanha fortuna crítica, citamos somente um dos principais esquemas analíticos, dentro do âmbito da cultura, que tem norteado o debate. Referimo-nos a uma das teses de Antonio Candido sobre o Brasil oitocentista estar mergulhado numa “penúria cultural” porque “faltam meios de comunicação e difusão literários”. Consequentemente, a “fraqueza de públicos disponíveis” é uma realidade marcante do século XIX brasileiro (CANDIDO, 2003, p. 143-162). Como a tese da fraqueza de públicos disponíveis serviu de alavancagem para desenvolver outro trabalho, que chegou a conclusões diferentes de Candido – sobre a existência de forte presença de um público literário nos pequenos e nos médios estratos sociais (PAIXÃO, 2017a), e não apenas nas elites letradas –, vamos continuar nos detendo no problema da falta de meios de comunicação e difusão literários no Brasil no século XIX.

Para continuar debatendo essa questão, que está relacionada à tese da “penúria cultural”, poderíamos seguir recuperando, por exemplo, os inúmeros dados de livreiros e editores, e uma variedade de redações de jornais que se instalaram no Rio de Janeiro, capital do Império, ao longo do século XIX – e logo de saída deixar evidente que essa tese da falta de meios de comunicação e difusão literários não se aplica, pelo menos quando o assunto é o Rio de Janeiro, capital do Brasil no Império (ABREU, 2011, p. 115-130). Contudo, no lugar de repetir matéria de estudos já realizados, vamos tomar, de toda uma constelação, esses dois exemplos apontados sobre edições de romances de Alexandre Dumas para dialogar com essa perspectiva que, diga-se de passagem, hoje se apresenta como uma espécie “visão de mundo” (LÖWY ; SAYRE, 1995, p. 18-19), no sentido de uma visada teórica que toma o conjunto da paisagem cultural brasileira, percebendo que sua realidade múltipla está condicionada a uma questão decisiva, relativa à debilidade cultural brasileira. Formou-se, portanto, no Brasil, uma unidade de pensamento e exposição em torno dessa tese, saturando a reflexão sobre o ambiente cultural brasileiro, posto como atrasado em relação aos países civilizados europeus – leia-se “Paris do século XIX” –, em razão de graves problemas estruturais, como a escravidão e o analfabetismo, que se desdobravam em mando, favor, lei do mais forte, nascimento, herança, prestígio etc.

Da nossa parte, concordamos que esses problemas criaram obstáculos quase intransponíveis para a nação brasileira, impedindo, por exemplo, que a educação primária e a secundária fossem abrangentes e que a escravidão fosse superada pela divisão do trabalho, “fonte da civilização” (DURKHEIM, 1973, p. 23). Mas há outros

elementos culturais constitutivos da sociedade brasileira oitocentista que atravessam essas condições estruturais negativas e compõem condições de possibilidade do livro de literatura.

Fazemos essa afirmação porque identificamos, naquela situação de simultaneidade editorial dos romances de Dumas, um indício de que as edições deste escritor estavam no mesmo estágio de desenvolvimento em Paris e no Rio de Janeiro, atestando que não faltavam aqui meios técnicos de comunicação. Quanto à questão da ausência de difusão, os *Catálogos* do Gabinete evidenciam tanto um processo de circulação do impresso entre a Europa e o Brasil na virada do meio século XIX quanto novas condições sociais para a transmissão da literatura em diferentes espaços, nacionais e internacionais. Referimo-nos a uma nova situação de estratificação social em andamento, localizada nos estratos médios e pequenos do Rio de Janeiro, que favorecia a difusão de uma cultura literária num país caracterizado como atrasado por conta de fatores como a inexistência de um público para além dos círculos dirigentes.

No Gabinete Português de Leitura havia um estrato social que representava a si mesmo, e não as altas camadas sociais. Trata-se, reiteramos, da “classe caixeiral”, que combinava o ofício de comerciante e o princípio não econômico de cultivar a literatura e a educação básica, através de um liceu que fundaram para resolver o problema do analfabetismo dentro da comunidade portuguesa. Nessa atmosfera social sustentada por um grupo social específico, livros editados simultaneamente em Paris e no Rio de Janeiro são difundidos e gestados dentro de uma biblioteca particular dirigida por um grupo de leitores advindo dos estratos médios, e não da elite letrada.²⁰ Centrada na profissão de comerciante-caixeiro e no alto grau de acesso à cultura literária, determinada camada social colaborou para que se desenvolvesse um ambiente cultural peculiar, em que se formou um público literário (portador e suporte) de romances, como os de Alexandre Dumas. É, portanto, pelo “gosto literário” e pela “fisionomia de grupo” que se reconhece um “público de literatura” (PAIXÃO, 2017a).

Quanto à questão do ensino, nesse apêndice da sociedade de corte formou-se um Liceu Literário Português, em 10 de setembro 1868, na Rua da Carioca, n.º 41. Depois se mudou para a Rua da Saúde (hoje Rua Sacadura Cabral), entre o n.º 1 e o n.º 3. Aproximadamente, durante as duas primeiras décadas de existência (de 1868 a 1880), o Liceu formou mais de cinco mil estudantes, entre brasileiros, portugueses e outros estrangeiros, o que caracteriza um acontecimento pedagógico e um

20. Sobre as camadas médias não econômicas, a referência é Ringer (2000, p. 22-31) e Elias (1997, p. 301).

fenômeno sociológico para a época (PAIXÃO, 2017b). Diferenciava-se, inclusive, do Lycêo de Artes e Ofícios, que tinha em comum as aulas noturnas gratuitas, mas estava voltado ao ensino de Belas Artes, enquanto o Liceu dos portugueses se dedicava à alfabetização de jovens e adultos, ensino secundário e profissional.

O Liceu também atendia às ideias gestadas pelos estratos médios, localizados no Gabinete. Seu idealizador, o comerciante Reinaldo Montóro, dizia que a escola poderia não somente ensinar um ofício aos portugueses, mas habilitar o povo a ler e a escrever, para poder frequentar a biblioteca do Gabinete de Leitura e sua própria biblioteca, que, em meados de 1880, possuía um acervo de 14.000 volumes, distribuídos em três seções: Literatura, Ciências e Artes; Pedagogia; e Ensino intuitivo.²¹

O currículo da escola, segundo temos notícia, foi elaborado em um plano de estudos concluído em 1884, no mesmo ano da inauguração do prédio em que a escola passaria a funcionar e onde permanece até nossos dias. Para fins de nossas análises, destacaremos do plano apenas os estudos da língua vernácula, visando estabelecer correlações com o que apresentamos sobre o Colégio Pedro II.

Os estudos da língua vernácula constituíam toda a primeira parte do programa, que se dividia em quatro seções. As aulas de português eram diárias e obrigatórias, e o tempo de duração de cada lição era de duas horas. Na primeira seção, nas aulas de leitura, por exemplo, discutia-se o chamado “Abcdario e syllabario”. Depois havia lições de escrita, focando em “traços calligraphicos, letras maiúsculas e minúsculas, syllabas”. Leitura, “desde a reunião das syllabas até a leitura corrente, tanto da letra d’imprensa como da calligraphica, valor pratico da pontuação”, e a escrita de “Palavras” era o que se ensinava na segunda seção. Na terceira, as aulas de leitura focavam em “prosa e verso com a respectiva pontuação” e as de escrita, em “orações”. Nessa seção também havia aulas de gramática, sobretudo, “análises etimológicas”. A quarta seção é a que mais nos chama atenção, pois as aulas de leitura focam em trechos em prosa e verso de livros clássicos da literatura traduzidos para o vernáculo, com o objetivo de discutir a “synonimia e analyse de sentido”. Nas aulas de escrita, na quarta seção, havia “dictados e descrições sobre diversos assumptos”, enquanto as aulas de gramática ofereciam o que eles intitulavam como “analyse logica”.

Somado às aulas de línguas estrangeiras, francês, inglês, alemão e italiano, tomamos conhecimento de parte do conteúdo cultural e educacional que fornecia a

21. Acerca do método de ensino intuitivo, ver Saviani (2008, p. 139).

“base cognitiva e ideológica” dessa nova camada social.²² Investia-se, profundamente, na alfabetização da língua portuguesa e no cultivo da leitura de literatura, verso e prosa. Aliada às outras matérias do plano de estudos – matemática, astronomia, desenho, contabilidade etc. –, a orientação dos estudos estava voltada para a formação de quadro de trabalhadores instruídos para atender à própria comunidade portuguesa, mas também à sociedade de corte: a despeito das conhecidas crises do fim do Império, não faltaram investimentos, no período, para a construção de uma indústria naval e a expansão do comércio urbano.

O quadro docente reunia 58 professores, voluntários e advindos também da classe caixeiral, para atender a essa variedade de conteúdos apresentados no plano de estudos, com destaque para o curso de português. Por conta disso, esse curso tinha um professor para cada tipo de seção, orientado para o ensino da língua vernácula (gramática), leitura e escrita, e literatura. Na verdade, se estabelecermos uma comparação com o que vimos sobre o ensino das letras no Colégio Pedro II, concordaremos que o ensino da língua portuguesa e da literatura não era patrimônio “das arcadas”, mas também dos “secos e molhados”.

Para terminar esta breve análise sobre o ensino da língua vernácula, com destaque para a difusão literária, recuperamos um excerto intitulado “A imprensa no Lycêo” (O LYCÊU LITTERARIO PORUGUEZ, 1884, p. 194), que matiza esse ponto para nós:

[...] animar a literatura portuguesa pelos meios ao seu alcance, como sejam: dar publicidade as obras inéditas por merecimento que forem offertadas á sociedade; fazer reimprimir a dos classicos portuguezes ou estrangeiros, e finalmente efectuar a compra, e ser editora de qualquer obra de merecido reconhecimento, sempre que lhe convier, e os recursos da sociedade o permittirem.

Como vemos, fortalecer a recepção e o ensino de obras literárias no seio da comunidade portuguesa fazia parte de um programa cultural e educacional em desenvolvimento nos estratos médios da sociedade carioca. Surgia assim, paralelamente à sociedade tradicional, uma escola vinculada a um apêndice social – Gabinete Português de Leitura - focado tanto nos livros de prosa ficcional (romances) quanto na profissão e na instrução dos extratos populares da sociedade carioca.

22. Guardadas as proporções, continuamos lendo Ringer (2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito da brevidade da nossa análise e dos poucos exemplos apresentados, esperamos ter apresentado as condições de possibilidade de produção e circulação do livro no século XIX.

Foi pensando nos diferentes espaços formados pelo Gabinete Português de Leitura, mais o Liceu Literário Português, e o Colégio Pedro II, constitutivos da sociedade carioca, que nos perguntamos primeiro sobre um lugar das elites e de seus livros, depois sobre a história cultural e educacional dos debaixo e a circulação dos romances, sendo ambos espaços da memória da educação e da cultura brasileira no Oitocentos. E, de fato, em torno do livro, os propósitos foram muitos, os lugares de circulação diversos e o público variado social e culturalmente. Especialmente quando comparadas em espaços de realização diferentes ao longo do século XIX, as condições de produção, as apropriações e as trajetórias do livro mostram que teses como a da “penúria cultural” dão conta de um raciocínio crítico, e não do gosto literário ou das fisionomias do público de literatura e suas novas estratificações sociais.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia (Org.). *Trajatórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado de Letras, 2008.
- _____. A circulação transatlântica dos impressos: a globalização da cultura no século XIX. *Livro - Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição* – Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.circulacaodosimpressos.iel.unicamp.br/arquivos/ensaio.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2017.
- _____. (Org.). *The transatlantic circulation of novels between Europe and Brazil, 1789-1914*. London: Palgrave-Macmillan, 2017.
- AUERBACH, Erich. La cour et la ville. In: _____. *Ensaio de literatura ocidental: filologia e crítica*. Organização de Davi Arrigucci Jr. e Samuel Titan Jr. Tradução de Samuel Titan Jr. e José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2007.
- AUGUSTI, Valéria. *Trajatórias de consagração: discursos da crítica sobre o romance no Brasil oitocentista*. 2006. 156 f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária)– Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- _____. Do gosto inculto à apreciação douta: a consagração do Romance no Brasil do Oitocentos. In.: ABREU, Márcia (Org.). *Trajatórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado de Letras, 2008, p. 393-414.
- _____. Escrever e ler romance na escola. *Floema*, ano VII, n. 9, p. 361-381, jan./jun. 2011.

- BESSONE, Tânia Maria. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- CHERVEL, André; COMPÈRE, Marie-Madeleine. As humanidades no ensino. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 149-170, jul./dez. 1999.
- COOPER-RICHET, Diana. Introduction. In: COOPER-RICHET, Diana; MOLLIER, Jean-Yves; SILEM, Ahmed. *Passeurs culturels dans le monde des médias et de l'édition en Europe (XIXe et XXe siècle)*. Villeurbanne Cedex: Presses de l'enssib, 2005.
- DIAS MENDES, Maria Lúcia. Trajetórias e tempos das traduções de Alexandre Dumas em Portugal e no Brasil. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras – Universidade Federal de Santa Maria*, n. 47, dez. 2013. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/letras/article/viewFile/11759/7188>>. Acesso em: 20 maio 2017.
- DICK, Sara Martha. *As políticas públicas para o ensino secundário na Bahia: o Liceu Provincial 1860-1890*. 2001. 280 f. Tese (Doutorado em Educação)– Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.
- DOPP, Herman. *La contrefaçon des livres français en Belgique, 1815-1852*. Louvain: Librairie Universitaire, 1932.
- DÓRIA, Escragnonle. *Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo (1837-1937)*. Brasília: INEP, 1997.
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Abril, 1973. (Coleção Os Pensadores).
- DUTRA, Eliana de Freitas. Leitores de além-mar: a editora Garnier e sua aventura editorial no Brasil. In: ABREU, Marcia; BRAGANÇA, Aníbal (Org.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2010. p. 67-88.
- ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 4. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.
- FERNANDES, Florestan. Mário de Andrade e o folclore brasileiro. In: _____. *O folclore em questão*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- FERRONATO, Cristiano de Jesus. *Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial*. Aracaju: EDISE; Universidade Tiradentes, 2014.
- GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.
- GRANJA, Lúcia. Rio-Paris: primórdios da publicação da literatura brasileira chez Garnier. *Letras*, Santa Maria, v. 23, n. 47, p. 81-95, jul./dez. 2013.
- LÖWY, Michel; SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia*. Tradução de Nair Fonseca. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.
- MARIOTTO HAIDAR, Maria de Lourdes. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo: Grijalbo; Edusp, 1972.
- MAYER, Arno. *A força da tradição: a persistência do antigo regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

- MOLLIER, Jean-Yves. Tradução e globalização da ficção: o exemplo de Alexandre Dumas Pai na América do Sul. *Revista da Anpoll*, v. 1., n. 38, 2015. Disponível em: <<https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/862>>. Acesso em: 10 dez. 2017.
- PAIXÃO, Alexandre Henrique. *Leitores de tinta e papel: elementos constitutivos para o estudo do público literário no século XIX*. Campinas-SP: Mercado de Letras; FAPESP, 2017a.
- _____. A educação popular no Rio de Janeiro oitocentista: o caso do Liceu Literário Português (1860-1880). In: VENANCIO, Giselle Martins; FERRERA, Maria Verónica Secreto de; RIBEIRO, Gladys Sabina Ribeiro (Org.). *Cartografias da cidade (in)visível: cultura escrita, educação e leitura de populares no Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: Mauad, 2017b.
- RAZZINI, Márcia. *O espelho da nação: a Antologia Nacional e o Ensino de Português e de Literatura (1838-1971)*. 2000. 247f. Tese (Doutorado em Teoria Literária)– Instituto de Estudos da Linguagem - IEL, Unicamp, Campinas, 2000.
- RINGER, Fritz K. *O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933*. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SCHAPOCHNIK, Nelson. *Os Jardins das Delícias: Gabinetes Literários, Bibliotecas e figurações da leitura na Corte Imperial*. 1999. 285 f. Tese (Doutorado em História)– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- SCHOPP, Claude (Org.). *Dictionnaire Dumas*. Paris: CNRS Editions, 2010.
- SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade*. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- SOUZA, Carlos Eduardo Dias. *A educação como prática política: formação e renovação de repertórios pedagógicos no Segundo Reinado (o Colégio Pedro II, o Ginásio Baiano e o Culto à Ciência)*. 2015. 238 f. Tese (Doutorado em Sociologia)– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.
- THOMPSON, Edward P. Patrícios e plebeus. In: _____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- VIANA, Glória. *Leitores e livros no Imperial Colégio Pedro II*. Disponível em: <www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/abralic/leitores_livros.doc>. Acesso em: 20 maio 2016.
- WILLIAMS, Raymond. A cultura é algo comum. In: _____. *Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo*. Tradução de Nair Fonseca e João Alexandre Peschanski. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- _____. *Cultura e sociedade*. Tradução de Leônidas H. B. Hegenberg, Octany Silveira da Mota e Anísio Teixeira. São Paulo: Editora Nacional, 1969.
- _____. *A política e as letras*. Tradução de André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

FONTES

- Catálogo das Literaturas no Acervo Antigo da Biblioteca Histórica do Colégio Pedro II*
Catálogo de Livros do Gabinete Português de Leitura (1858)
Catálogo de Livros Suplementar do Gabinete Português de Leitura (1868)

Banco de dados do Projeto Temático A circulação transatlântica dos impressos – IEL/UNICAMP.

Disponível em: <<http://www.circulacaodosimpressos.iel.unicamp.br/>>.

Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <acervo.bn.br/Sophia_webqindex.html>.

O Lycêo Litterario Portuguez (1868-1884). Rio de Janeiro, 1884.

SOBRE OS AUTORES

Alexandro Henrique Paixão é graduado em Ciências Sociais (Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”), tem Mestrado e Doutorado em Sociologia (Universidade Estadual de São Paulo) e Pós-Doutorado em Teoria e História Literária pelo Instituto de Estudos da Linguagem (Universidade Estadual de Campinas). É professor na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Tem experiência na área de Pensamento Social, Literatura e Educação, estudando métodos de ensino de literatura e crítica sociológica para os setores populares no Brasil e na Inglaterra, entre 1860 e 1960. Desenvolve, com auxílio FAPESP, o projeto de pesquisa “Raymond Williams: crítica e crise como elementos constitutivos de cultura e educação no pós-guerra (1946-1961)”. É autor do livro *Leitores de Tinta e Papel: elementos constitutivos para o estudo do público literário no século XIX*. Campinas: Mercado de Letras, 2017.

E-mail: ahpaixao@unicamp.br.

André Luiz Paulilo é graduado em História e tem mestrado e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo. É professor na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas e pesquisador do seu Centro de Memória da Educação onde coordena o programa de estudos e pesquisas em História da Educação. Tem experiência na área da Educação, com ênfase em História da Educação, estudando a história das políticas públicas de educação, a cultura escolar contemporânea e o patrimônio educativo. Desenvolve, com auxílio FAPESP, o projeto de pesquisa “A ampliação das tarefas escolares: reforma educacional e renovação escolar no ensino público dos anos 1920-1930” e é autor do livro *Políticas Públicas de Educação - a estratégia como invenção: Rio de Janeiro, 1922-1935*.

E-mail: paulilo@unicamp.br.

Recebido em 31 de março de 2017 e aprovado em 26 de abril de 2017.